Capítulo 2

Kant e a Filosofia Transcendental

Neste capítulo, procurar-se-á especificar os conceitos básicos da filosofia kantiana. Como já foi dito no início deste livro-texto, Kant é um dos filósofos mais importantes da modernidade e de toda a História da Filosofia. Suas idéias sintetizaram antigos conceitos, preparando o terreno para considerações filosóficas indispensáveis para o tratamento de problemas até hoje estudados na Filosofia. Ao mesmo tempo, novas idéias foram por ele introduzidas, tornando-se parte do jargão filosófico que a ele se seguiu. Estudar Kant é, antes de tudo, entender o espírito mesmo da Filosofia Moderna.

2.1 O Lugar da Metafísica

Se a Filosofia Moderna teve seu início com Descartes, foi com Kant que ela atingiu seu apogeu. Obviamente, há controvérsias a esse respeito. Alguns estudiosos de Hume acreditam que a crítica humeana aos conceitos de substância e causalidade – além de suas incursões na Ética, na Religião e mesmo na História – traz à luz idéias tão inovadoras e inspiradoras que, sem ele, certamente não haveria uma ***filosofia transcendental***. Embora eu considere haver certo exagero nessa afirmação, creio ser igualmente equivocado, ao mesmo tempo, desprezar a influência de Hume nas reflexões filosóficas kantianas. O próprio Kant, nos *Prolegômenos*, confessa que Hume o despertara de seu sono dogmático. Se levarmos em conta que Kant é fruto da tradição da metafísica alemã, desde Leibniz, passando por Wolff e Mendelsohn, tal desabafo, por si mesmo, já nos dá uma indicação da importância de Hume para Kant. Mas só conseguimos entender a verdadeira dimensão desse "despertar" ao nos introduzirmos nos rudimentos da filosofia transcendental de ***Kant***.

Segundo Kant, denomina-se transcendental todo conhecimento que se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecê-los.

Imannuel Kant (1724-1804)

A melhor maneira de fazermos isso é acompanharmos as primeiras páginas dos prefácios à 1ª. e à 2ª. edições e a Introdução da *Crítica da Razão Pura*. A motivação inicial de Kant é tentar entender por que a Metafísica, antes chamada por Aristóteles de "a rainha das ciências", acabou chegando ao estado deplorável em que se encontrava na época de Kant. Antes, a metafísica, sentada em trono, avistava todos os saberes e a estes fornecia princípios e postulados básicos sem os quais nenhuma área do conhecimento

poderia ser constituída. Contudo, a Metafísica foi se tornando um campo de batalhas sem fim, um palco de discussões abstratas – que Hume chamava de *abstrusas* – em que cada filósofo chamava para si a glória de ter respondido as grandes questões metafísicas de todos os tempos, tais como "Deus existe?", "será que somos realmente livres?", "será que temos uma alma e, se a resposta for afirmativa, será que ela é realmente imortal?". Há muitas outras questões metafísicas, por exemplo, sobre a essência das coisas. Mas cada uma dessas três questões engendra classes de respostas que levam os filósofos a elaborarem intrincadas doutrinas metafísicas e estas, por sua vez, acabam produzindo explicações tão complexas e alheias à realidade que é impossível atribuir verdade ou falsidade a elas.

Ora, como a Metafísica perdeu sua majestade, tornando-se "proscrita, despojada" ***(A X)*** **?** Para Kant, isso ocorreu por dois motivos principais. Primeiro, porque temos uma tendência a nos questionarmos sobre o que não pode ser respondido.

Essa referência dá-se sobre a Crítica da Razão Pura e funciona da seguinte maneira: "A" significa que trata-se da 1ª edição dessa obra e "X" significa o número da página dessa introdução. Portanto, nesse caso, trata-se da página 10 da Introdução da primeira edição dessa obra.

> A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades. (A 7)

As questões a que ele se refere são as grandes questões metafísicas, como aquelas sobre Deus, a liberdade e a alma. Não há como evitá-las: elas nos atormentam. Precisamos encontrar respostas. ***Mas não há respostas a elas***. Ou melhor, quaisquer que sejam as respostas que supostamente encontrarmos a essas perguntas, não há como aferir a verdade ou a falsidade delas. E por quê? ***Simplesmente, porque elas se referem a objetos que não estão sujeitos à nossa experiência, ou que não podem ser dadas aos nossos 5 sentidos***. Como ter uma experiência de Deus, do mesmo modo que temos experiência desta mesa sobre a qual meu computador está? Como perceber a alma do mesmo modo que percebo a porta da minha sala aqui no Departamento de Filosofia da UFSC? E a liberdade? Como posso vê-la do mesmo modo como vejo a janela e as árvores lá fora, com seus ramos balançados pelo vento? Esses "objetos" – e coloco entre aspas a palavra *objeto* porque eles não são

Em Descartes, ainda era necessária a existência de Deus, embora as verdades não tivessem Deus como fundamento último (lembre-se de nosso quebra-cabeça do conhecimento).

Deus, liberdade, imortalidade, por não serem dados empíricos não conseguem ser acessados por modelos confiáveis de interpretação do mundo construídos por nós.

objetos como aqueles facilmente encontrados em nosso mundo de mesas e cadeiras – são, na verdade, *especulações metafísicas*, quer dizer, noções que inventamos ou acreditamos por vários motivos – religiosos, culturais etc. – mas cuja existência jamais pode ser confirmada e consolidada.

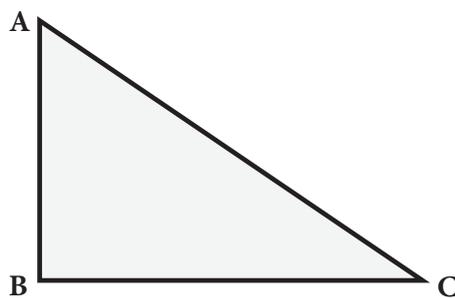
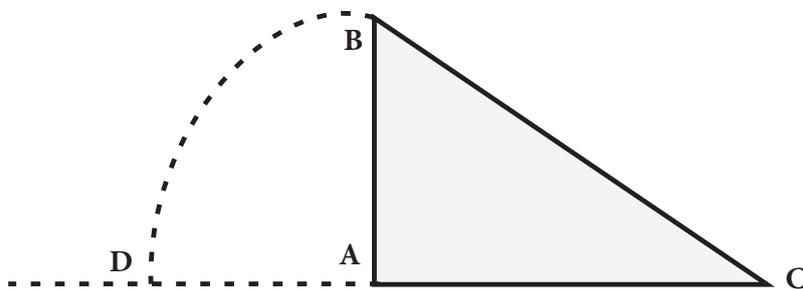
O segundo motivo pelo qual a Metafísica foi destronada se deve ao fato de que, diferentemente de outras áreas do conhecimento, como a Lógica, a Matemática e a Física, ela não descobriu o "caminho seguro de uma ciência" ***(B XXXVI)***. Ela continua atolada numa multiplicidade de métodos, doutrinas e princípios conflitantes entre si. A concordância que usualmente encontramos na ciência – ou pelo menos na mecânica newtoniana dos tempos de Kant – é contrastada à discordância interminável presente nas discussões metafísicas. Os filósofos não conseguem se pôr de acordo sobre nenhum conjunto de princípios ou idéias, ficando cada um a defender suas reflexões em solilóquio.

B : segunda edição da Crítica da Razão Pura. XXXVI: número da página do prefácio dessa obra.

Na ciência, contudo, há um método único e um conjunto único de princípios mediante os quais se elaboram explicações e teorias sobre os mais diversos temas. Foi assim com a Lógica que, pela sua própria constituição, apresenta um procedimento sólido e inquestionável para a condução de argumentos, levando-nos de certas verdades estabelecidas (as quais estão contidas nas premissas) a verdades ainda não estabelecidas ou elucidadas (contidas na conclusão), contanto que certas regras de inferência sejam seguidas adequadamente.

E foi assim também com a Matemática. Kant afirma que a grande revolução científica na Matemática foi empreendida por Tales de Mileto. Antes dele, os matemáticos procediam por mera reflexão sobre seus conceitos. Em outras palavras, fazer Matemática era refletir, por exemplo, sobre o conceito de triângulo e o que se pode advir de sua **mera definição**. Por exemplo: triângulo é um polígono de três lados, cuja soma dos ângulos internos perfaz 180º, com cada ângulo se situando do lado oposto de um dos lados, e assim por diante. Tales teria sido o primeiro a fazer Matemática desenhando o triângulo ou, na terminologia (às vezes irritantemente peculiar) de Kant, representando o triângulo na intuição pura. Daqui a pouco eu falarei um pouco mais detidamente acerca do que

seja essa intuição pura, mas o fato é que Tales introduz um procedimento que antes não havia na Matemática: **a construção de conceitos**. Estudar um conceito matemático é construí-lo, desenhá-lo. Mas qual a vantagem disso?

Considere o seguinte exemplo. Ele não vai exigir-lhe nada além de conhecimentos simples que adquirimos no Ensino Médio. Fazer matemática sobre o conceito de triângulo seria, então, construir o objeto que nomeamos triângulo. Vamos lá. Seja o triângulo ABC abaixo.

Nesse caso, trata-se de um triângulo retângulo, mas poderia ser qualquer triângulo. Quando o desenhamos, tornamos possível apreender uma porção de propriedades dele que jamais poderiam ser encontradas mediante a mera reflexão sobre o conceito de triângulo. Por exemplo, se prolongarmos seus lados, colocarmos a ponta de um compasso no ângulo B e traçarmos um semicírculo a partir do ângulo A até este encontrar o prolongamento do lado BC, então obtemos, na interseção, o ponto D, tal que os lados AB e AD são congruentes. Veja a representação abaixo:

Bem simples. Mas o que isso significa realmente? Bom, em primeiro lugar, ao introduzir esse procedimento, Tales nos ensina a **adicionar** novas informações ou novos elementos ao conceito de triângulo. Basta seguirmos o método com diligência que iremos

descobrir propriedades do triângulo que poderão enriquecer nosso conhecimento dele. Quer dizer, o método sugerido por Tales nos permite alargar as fronteiras do nosso conhecimento.

> Dê-se a um filósofo o conceito de um triângulo e o encargo de investigar, à sua maneira, como pode ser a relação da soma dos ângulos desse triângulo com o ângulo reto. Nada possui a não ser o conceito de uma figura que está limitada por três linhas retas e nessa figura o conceito de igual número de ângulos. Pode então refletir tanto quanto quiser sobre esse conceito, que, a partir dele, nada produzirá de novo. Pode analisar e tornar claro o conceito de linha reta ou de ângulo ou do número três, mas não chegará a outras propriedades que não estejam contidas nestes conceitos. (B 744)

2.2 Juízos Sintéticos a Priori

Essas reflexões fornecerão a base para uma distinção indispensável no pensamento kantiano, a saber, a de juízos analíticos e juízos sintéticos.

Os juízos sintéticos em geral são aqueles em que o predicado de uma oração não está contido no conceito do sujeito gramatical dessa oração. Nos juízos analíticos, porém, tudo o que for afirmado no predicado é uma mera elucidação de algo que já está contido na definição do conceito do sujeito gramatical. De acordo com Kant, na proposição – ou juízo – "todo corpo é pesado", o conceito 'peso' no predicado não está contido na definição do conceito 'corpo', a saber, "aquilo que ocupa lugar no espaço". A idéia de peso é adicionada à de corpo por meio da experiência. Trata-se, portanto, de um juízo sintético. Já na proposição "todos os solteiros são não-casados", o predicado 'não-casados' e o sujeito gramatical 'solteiros' são sinônimos, isto é, a idéia de não ser casado está contida no conceito de solteiro.

Willard Van Orman Quine (1908-2000)

É claro que sempre poderemos discordar da definição dos conceitos. ***Quine*** chega mesmo a dizer que a distinção analítico/sintético é insustentável, pois se baseia numa teoria da definição que é, por seu turno, arbitrária. Podemos definir 'corpo' de vários modos, não apenas recorrendo à propriedade de ocupar porções do espaço.

Essa objeção pode ser legítima, mas creio que Quine despreza a motivação kantiana por trás da distinção. Podemos mudar a definição e transformar a proposição "todo corpo é pesado" numa proposição ou juízo analítico. Mas a intenção de Kant é mostrar que, em qualquer doutrina ou teoria, deve haver conceitos e proposições que, de um lado, elucidam e esclarecem outros conceitos e proposições e, de outro lado, acrescentam idéias a outras idéias e se propõem a *ultrapassar* as definições, por mais arbitrárias que estas possam ser. Em nossas teorias ***há elementos elucidativos e elementos aditivos no que diz respeito às nossas idéias***. Alguns recursos discursivos servem para esclarecer; outros, para acrescentar. Só assim nossas teorias podem ser claras e, ao mesmo tempo, inovadoras.

Os juízos sintéticos e os juízos analíticos propostos por Kant são ou esses elementos aditivos ou esses elementos elucidativos. Os aditivos são classificados como juízos sintéticos, e os elucidativos, como juízos analíticos.

Bom, voltemos à questão da Matemática e como ela conseguiu trilhar "o caminho seguro de uma ciência". Foi a introdução de um método novo que gerou uma "revolução na maneira de pensar" (B XI), que levou a Matemática a se tornar científica. O que dizer, então, da Física? Como ela se tornou científica? Qual foi a revolução nela empreendida e quem a realizou? Kant sugere que os primeiros cientistas da modernidade mudaram de atitude em relação à natureza. Antes se estudava a natureza como se ela estivesse num pedestal. A ela devíamos nos dirigir como aprendizes se dirigem aos mestres. Havia uma relação hierárquica em que o estudioso da natureza deveria descobrir os mistérios de um mundo já constituído, pronto e acabado, que permanecia impávido à espera de ser conhecido. Segundo Kant, os cientistas modernos

> [c]ompreenderam que a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam os seus juízos segundo leis constantes e deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta; de outro modo, as observações feitas ao acaso, realizadas sem plano prévio, não se ordenam segundo a lei necessária, que a razão procura e de que necessita. A razão, tendo por um lado os seus princípios, únicos a poderem dar aos fenômenos concordantes a autoridade de leis e, por outro, a experimentação, que imaginou segundo esses princípios, deve ir ao encontro da natureza, para ser por esta ensinada, é certo, mas não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido nas suas funções, que obriga as testemunhas a responder aos quesitos que lhes apresenta. (B XIII)

Os cientistas modernos encararam a natureza não como uma rainha entronada e definitivamente estabelecida em toda sua majestade, ***mas como uma ré a seguir as regras a ela impostas por um juiz***, i.e., o pesquisador da natureza. Melhor dizendo, os cientistas modernos inverteram o eixo da pesquisa científica: o centro não era mais a natureza, mas aquilo que o pesquisador da natureza colocava nessa natureza a fim de interpretá-la e conhecê-la.

No caso da chuva, por exemplo, vai-se à natureza de modo a verificar se nossas idéias sobre que variáveis e relações entre essas últimas são necessárias para a chuva ocorrer estão corretas. Assim, vamos à natureza para verificar se, quando aquelas variáveis e relações entre elas estão presentes, há chuva. Logo, não é a natureza que nos mostra porque chove, mas nós que, usando da natureza, mostramos que nossa explicação para a ocorrência da chuva está correta.

Obviamente, Kant está pensando nesse momento na tradição aristotélica de fazer filosofia. Para Aristóteles, uma das tarefas do filósofo era classificar o mundo natural. Essa classificação deveria compor uma descrição completa da natureza. Kant considerava essa estratégia equivocada, pois requeria uma visão realista metafísica, segundo a qual o real é independente de nossas faculdades cognitivas. Ao dizer que devemos ir à natureza como juízes, Kant está sugerindo que a natureza deve ser considerada como produzida por nós: ela só pode ser conhecida se pudermos reconhecer os elementos que nós mesmos inserimos nela. A revolução na maneira de pensar no campo da filosofia deve ter como característica primordial a pressuposição de que nós construímos o mundo que conhecemos. O sujeito impõe à natureza as regras unicamente mediante as quais se dá o ato do conhecimento.

Na ciência aristotélica, conhece-se um cavalo observando-o de modo a acreditar que é ele que mostra para nós o modo como nós o percebemos. Esse tipo de observação, sob a óptica de Kant, está equivocada, porque não se dá conta de que o modo como percebemos o cavalo é uma construção nossa, não dada pelo cavalo

2.3 O Idealismo Transcendental

A princípio, parece estranho propor que o mundo seja **construído por nós,** como se pudéssemos forjar o mundo natural de acordo com nossa conveniência. E equivocado também. As coisas são como são e existem não como resultado de nossa vontade. Não as criamos: esse poder, para muitos, é reservado a Deus. Supor que nós possamos mobiliar o mundo mediante a aplicação das nossas faculdades cognitivas é atribuir a nós mesmos

um poder que não possuímos. Mas é necessário esclarecer muito bem o que Kant pretende dizer aqui.

A estratégia kantiana é a de conceber o mundo como *dependente* ou *independente* de nós mediante uma distinção fundamental, a saber, a de uma abordagem empírica e uma reflexiva.

No nível empírico, apenas descrevemos o que percebemos em nossa experiência diária, vamos dizer, este livro que estou vendo ao meu lado, a cadeira em que estou sentado, o tabuleiro de xadrez em cima da mesa da sala etc. É somente quando começamos a perguntar questões do tipo "como a experiência é possível?" ou "que tipo de justificação possuímos para considerarmos nossa experiência como objetiva?," que nós ultrapassamos uma mera descrição (empírica) do mundo e ingressamos num nível reflexivo. Isso é exatamente o que Kant chama de um projeto transcendental: "denomino de transcendental todo conhecimento que se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecê-los." (B 25) "Ocupar-se com objetos" refere-se ao nível empírico ou descritivo que acabei de expor. Em contrapartida, "ocupar-se do modo de nosso conhecimento dos objetos" aponta para uma reflexão sobre como podemos conhecer ou ter experiência de tal mundo.

No nível reflexivo, nós examinamos a experiência em termos da sua fonte, seu alcance e seus limites. Esse exame é chamado por Kant de **reflexão transcendental**, (cf. B 317): procuramos averiguar através dela nossa experiência determinando as condições de possibilidade do conhecimento. Numa consideração empírica, o objeto externo ou físico é considerado independente do sujeito ou da mente, e não apenas uma coleção de dados dependentes da mente, ou de idéias. Mas quando refletimos sobre a experiência, isto é, quando consideramos a experiência no nível transcendental, consideramos o papel desempenhado pelo sujeito na constituição dos objetos da experiência. O ponto crucial aqui é que se pode falar de um sentido empírico e de um sentido reflexivo de dependência e independência da mente.

No nível empírico, os objetos dependentes da mente – ou, na terminologia kantiana, "no nível empírico, os objetos ideais" - são

aqueles dados por uma mente individual. Exemplos desses objetos são: a memória do rosto da minha filha em minha mente, a imagem de uma adaga na mente de Macbeth... São objetos que dependem de nossos sentidos para existir; não posso formar em minha mente o rosto de quem nunca conheci. **Além disso, esses objetos só existem em mentes individuais.** Não há como duas pessoas compartilharem uma mesma imagem mental; cada uma fará uma imagem para si.

Em contrapartida, objetos que percebo pelos sentidos, que existem fora da minha mente - os "no nível empírico, objetos reais" da terminologia kantiana- referem-se aos itens que são encontrados fora de mim, como o meu *laptop*, a mesa em que ele se encontra etc. Esses itens habitam o mundo publicamente compartilhável que nos é dado. Entretanto, tais objetos mesmos são considerados como estando dentro do alcance de minha experiência. Em termos kantianos, eles estão subordinados à nossa capacidade cognitiva. Isso é equivalente a dizer que, no nível transcendental, eles são considerados como ideais. Na seqüência disso, "real" no sentido transcendental refere-se a uma consideração dos objetos sem qualquer conexão com a nossa capacidade cognitiva. Podemos então falar dos objetos externos como transcendentalmente ideais, isto é, dependentes da mente **apenas no nível reflexivo**. Tais objetos, **no nível empírico, devem ser considerados independentes da mente.** O que é dado aos sentidos, esta cadeira, meu computador, a impressora etc., é considerado empiricamente real, isto é, independente da mente. Eles constituem o mundo empírico publicamente perceptível e ordenado espaço-temporalmente (cf. Allison 1983, p. 7).

Pode-se perguntar por que um nível reflexivo deve ser "transcendental." A resposta é que os realistas transcendentais assumem que o objeto externo é algo pré-constituído a que o sujeito deve alcançar de modo a conhecer o mundo exterior. O sujeito está, por essa razão, limitado a reproduzir ou copiar a ordem de tal mundo. O projeto idealista transcendental é visto, assim, como uma maneira de inverter tal assunção: os objetos não mais estipulam a extensão e as características gerais do nosso conhecimento; antes, é o sujeito que realiza a tarefa de ditar os princípios de regulação e os padrões do conhecimento. Assim, devemos "tentar avaliar se podemos ter mais

sucesso nas tarefas da metafísica se supusermos que os objetos devam conformar-se ao nosso conhecimento" (B XVI). Ora, se os objetos dos quais temos conhecimento são objetos que se conformam às nossas condições subjetivas, o ponto de vista realista transcendental a partir do qual tais objetos não exibem nenhuma subordinação à mente se mostrará seriamente equivocado. Essa estratégia em Filosofia é o que Kant chama de *Revolução Copernicana*.

Pedras empilhadas e expostas ao sol. Do ponto de vista transcendental, podemos dizer que possuímos o conhecimento geral do porquê de uma pedra esquentar. Em outras palavras, sabemos que, no caso da pedra exposta ao sol, todo corpo esquenta, desde que sofra calor a ponto de fazer vibrar suas moléculas o suficiente para produzir energia cinética. Essa lei ou princípio é ditada por nós à natureza, e não o contrário

A distinção entre empírico e transcendental nos auxilia na compreensão de outra importante distinção kantiana, a saber, a de *fenômeno* e *número*. Podemos considerar os objetos como eles se nos aparecem, quer dizer, em relação à nossa capacidade de percebê-los e julgá-los; ou como eles são em si mesmos, quer dizer, sem qualquer relação com tal capacidade. Quando descrevemos ou investigamos os objetos que se constrangem às regras impostas pelas nossas faculdades cognitivas, esses objetos são chamados por Kant de fenômenos; quando queremos nos referir a objetos que não se constrangem a essas regras, nós os chamamos de números.

Essa distinção não está livre de problemas, e o próprio Kant conheceu várias críticas a ela. A principal delas diz respeito à natureza dessa distinção: estamos falando de dois mundos ontologicamente distintos, ou de um único e mesmo mundo, e não à determinação de dois conjuntos ontologicamente distintos de entidades. A primeira crítica é chamada de "teoria dos dois aspectos", e a segunda é chamada de "teoria dos dois mundos". Adeptos da primeira, como Prichard e, mais recentemente, ***Strawson***, afirmam que a distinção entre fenômeno e número em Kant se dá entre duas classes de entidades: de um lado as aparências cognoscíveis e dependentes da mente e, de outro lado, as coisas em si mesmas incognoscíveis e independentes da mente, respectivamente. Uma **objeção imediata a Kant**, levantada por alguns adeptos dessa interpretação, consiste em afirmar que o idealismo transcendental não pode justificar o nosso conhecimento empírico, uma vez que só temos acesso a representações dependentes da mente. O que podemos conhecer é apenas o mundo como ele se nos apresenta, e não como "realmente" é. Ora, tendo em vista que a realidade em si mesma não é acessível a nós, não há como compará-la com, ou fazê-la corresponder, a nossas representações.

Peter Frederick Strawson (1919 - 2006)

Embora Kant às vezes encoraje essa interpretação, especialmente na primeira edição dos *Paralogismos*, há um bom motivo para descartá-la. Considerado do ponto de vista da teoria dos dois mundos, o *idealismo transcendental* se torna incapaz de derrotar o *realismo transcendental*, isto é, a doutrina a partir da qual o que é real se coloca para além dos nossos recursos cognitivos. É bem verdade que os adeptos dessa interpretação leiam Kant corretamente ao considerarem que, para ele, o que é real é o que se nos aparece na sensibilidade. No entanto, eles lidam com a noção kantiana de realidade em si mesma como se, através dela, Kant estivesse postulando a existência de um outro mundo para além do véu das aparências. Em assim o fazendo, eles reintroduzem o principal ponto de dificuldade que se pode encontrar no realismo transcendental, a saber, eles acabam estabelecendo um abismo entre a maneira a partir da qual nós vemos o mundo e a maneira segundo a qual o mundo realmente é. Ora, tendo em vista que não temos nenhum acesso a uma realidade preestabelecida ou constituída logicamente antes de nossa experiência, não é possível levar a cabo a desejada correspondência entre a nossa visão do mundo e as características supostamente inacessíveis da realidade em si mesma. No momento em que tal abismo é introduzido, nossos esforços epistemológicos parecem sucumbir ao ceticismo. **Por tal motivo, a estratégia geral de Kant será a de se opor a tal visão do mundo exterior.**

Esse tipo de problema não aparece na *teoria dos dois aspectos*. Seus adeptos – como Prauss e, mais recentemente, Allison – defendem que a distinção entre fenômeno e númeno diz respeito a duas diferentes maneiras de se considerar um único e mesmo mundo, e não à determinação de dois conjuntos ontologicamente distintos de entidades. Podemos considerar os objetos como eles se nos aparecem, quer dizer, em relação à nossa capacidade de percebê-los e julgá-los; ou como eles são em si mesmos, quer dizer, sem qualquer relação com tal capacidade. O idealismo transcendental é, assim, concebido enquanto uma doutrina segundo a qual o conhecimento encontra-se necessariamente restrito a uma consideração do mundo tal como ele se nos apresenta em nossa experiência e, conseqüentemente, em conexão com as nossas faculdades cognitivas.

Acredito que a teoria dos dois aspectos se conforma mais adequadamente ao espírito da *Crítica* do que à teoria dos dois mundos. Como Allison corretamente assinala, adeptos dessa última tendem "a negligenciar certas distinções que são centrais ao projeto transcendental de Kant." Eles ignoram que em Kant há dois diferentes níveis de discurso sobre o mundo exterior, a saber, o nível empírico, ou descritivo, e o nível transcendental, ou reflexivo. O primeiro é constituído pela experiência diária do mundo, por exemplo, minha experiência de escrever este texto, de ver alguns papéis em branco sobre a mesa etc. É somente quando começamos a ter questões do tipo "como a experiência é possível?" ou "que tipo de justificação possuímos para considerar nossa experiência como objetiva?", que ultrapassamos uma mera descrição (empírica) do mundo e ingressamos num nível reflexivo. Isso é exatamente o que Kant chama de um projeto transcendental: "denomino de transcendental todo conhecimento que se ocupa não tanto com objetos mas com o nosso modo de conhecê-los." VII "Ocupar-se com objetos" refere-se ao nível empírico ou descritivo que acabei de expor. Em contrapartida, "ocupar-se do modo de nosso conhecimento dos objetos" aponta para uma reflexão sobre como nós podemos conhecer ou ter experiência de tal mundo.

Pode-se perguntar por que um nível reflexivo deve ser "transcendental." A resposta é que os realistas transcendentais assumem que o objeto externo é algo pré-constituído que o sujeito deve alcançar de modo a conhecer o mundo exterior. O sujeito está, por essa razão, limitado a reproduzir ou copiar a ordem de tal mundo. O projeto idealista transcendental é visto, assim, como uma maneira de inverter tal assunção: os objetos não mais estipulam a extensão e as características gerais do nosso conhecimento; antes, é o sujeito que realiza a tarefa de ditar os princípios de regulação e os padrões do conhecimento. Assim, devemos "tentar avaliar se podemos ter mais sucesso nas tarefas da metafísica se supusermos que os objetos devam conformar-se ao nosso conhecimento." (A VIII) Ora, se os objetos dos quais temos conhecimento são objetos que se conformam às nossas condições subjetivas, o ponto de vista realista transcendental a partir do qual tais objetos não exibem nenhuma subordinação à mente provar-se-á seriamente equivoca-

do. Essa estratégia em Filosofia é o que Kant chama de *Revolução Copernicana*.

O ponto crucial aqui é que se pode falar de um sentido empírico e de um sentido reflexivo de dependência e independência da mente. No nível empírico, dependência da mente – ou, na terminologia kantiana, "idealidade" – diz respeito aos dados de uma mente individual, como a memória do rosto do meu irmão em minha mente, ou a imagem de uma adaga na mente de Macbeth. Em contrapartida, independência da mente – ou, na terminologia kantiana, "realidade" – refere-se aos itens encontrados fora de mim, como o meu *laptop*, meu maço de cigarros etc. Esses itens habitam o mundo publicamente compartilhável que nos é dado. Entretanto, tais objetos mesmos são considerados como estando dentro do alcance de minha experiência. Em termos kantianos, eles estão subordinados à nossa capacidade cognitiva. Isso é equivalente a dizer que, no nível transcendental, eles são considerados ideais. Na seqüência disso, "real", no sentido transcendental, refere-se a uma consideração dos objetos sem qualquer conexão com a nossa capacidade cognitiva.

Bibliografia comentada

Crítica da Razão Pura

Imannuel Kant

Deve ser dada atenção especial às seguintes partes dessa obra: *Estética Transcendental* e *Analítica Transcendental*.

KANT, Imannuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Caloust Gulbenkian, 1989.

Reflita sobre

- O que Kant quer dizer com a expressão *Revolução Copernicana*.
- O que Kant quer dizer com o termo *transcendental*.
- O que são juízos sintéticos a priori.